

16 OUT 1980

Jumbo na Pista *Sinda Ext*

A inovadora proposta brasileira para o pagamento do principal e dos juros atrasados da dívida externa pode ser comparada às providências para fazer um jumbo com excesso de carga levantar voo. O Brasil não quer voar, mais uma vez, às cegas no céu da dívida externa. Sem alívio do lastro, a economia não terá possibilidade de recuperar as condições de voo e, muito menos, oferecer aos credores segurança de recebimento dos juros e do principal da dívida.

Os dirigentes dos bancos comerciais credores do Brasil, obviamente, não estão nada satisfeitos com a proposta apresentada sexta-feira. Estavam, desde a crise da dívida em agosto de 1982, acostumados com a rota e as condições de voo que traçavam. O Brasil inverteu a iniciativa da negociação, não aceitando mais pôr em risco a sua imagem e a segurança de seus 145 milhões de passageiros.

O presidente do Comitê dos Bancos Credores, William Rhodes, manifestou seu descontentamento com a proposta brasileira. Não poderia ter outra reação, do ponto de vista profissional. Além de ocupar uma das vice-presidências do Citibank, o maior credor privado do Brasil, Rhodes comanda outros comitês de credores de países em desenvolvimento. A proposta brasileira poderia alterar o rumo de outros US\$ 500 bilhões devidos aos bancos privados.

Mas Rhodes, como banqueiro e economista, sabe melhor do que ninguém que o Brasil está tendo um comportamento de devedor responsável. Para isso, fez um profundo programa de saneamento das finanças públicas. E está aplicando radicais reformas estruturais da economia, mediante a redução da presença do Estado na vida nacional, incluindo a privatização de empresas estatais, o fim das reservas

de mercado na indústria e a liberalização progressiva do comércio exterior.

Ou os bancos entendem que o Brasil tem um programa capaz de assegurar solução definitiva à dívida, ou poderão transformá-la em questão superada. É até possível que os termos da proposta brasileira venham a ser flexibilizados na mesa de negociações. Mas a viga mestra da proposta não pode ser modificada. O Brasil precisa completar o saneamento das finanças públicas, e isso só será viável se fôr aliviado o peso de 85% da dívida externa em poder do Estado.

Os *boards* dos grandes bancos privados têm muito o que examinar a respeito da repercussão da proposta perante os seus acionistas. Aspectos técnicos e políticos precisam ser avaliados em profundidade, como a contabilização dos juros em atraso. Ela poderá implicar a devolução, sob a forma de prejuízos, de parte dos altos lucros obtidos no passado, mesmo depois que a crise de 82 paralisou o mercado voluntário de crédito. Isso não é tarefa para uma ou duas semanas.

Haverá espaço para muitas costuras políticas. O governo brasileiro precisa sensibilizar os governos dos sete países mais ricos, que têm poder decisório nos organismos financeiros internacionais (como o FMI, o Banco Mundial e o BID); são os maiores credores oficiais, no âmbito do Clube de Paris; e ainda sediam os bancos que respondem por 80% da dívida comercial. Os bancos, certamente, vão torpedear a proposta brasileira. Ela, à primeira vista, não lhes é favorável e pode custar a carreira vitoriosa de muitos executivos. Mas é a rota segura.